

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA  
(26/07/2011)**

Ao vigésimo sexto dia do mês de julho de dois mil e onze, às dezenove horas, no Auditório Samuel Pessoa da Villa da Saúde, após a certificação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde, para uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pontos de pauta os seguintes assuntos: **1 - Aprovação da pauta para a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de 26 de julho de 2011; 2 - Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de maio e junho de 2011; 3 - Nota do Prefeito em Resposta as Deliberações nº 02/2011 e nº 03/2011 do Conselho Municipal de Saúde; 4 - Cadastramento de duas unidades sentinelas para notificação de câncer relacionado ao trabalho; 5 - Apresentação do Plano de Ações da Vigilância Sanitária/2011.** Ana Olympia, presidente do CMS, inicia a reunião lembrando que a reunião vigente ocorre para suprir os pontos de pauta da última reunião ordinária do CMS. Após este esclarecimento e colocado em apreciação o ponto de pauta **1 - Aprovação da pauta para a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de 26 de julho de 2011.** Ana Olympia pergunta se alguém possui algum apontamento a ser feito. Cícero Cipriano sugere que seja retirado o ponto de pauta “2 – Prestação de Contas do FMS”, já que o próprio conselho já deliberou em outras reuniões de que não fosse apresentada duas prestações de contas na mesma reunião. Manoel Rodrigues do Amaral faz uso da palavra mencionando Nelson Rodrigues considerava que “toda unanimidade é burra”, e que a unanimidade que há no Conselho não é burra e sim perversa, tendo em vista que a Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde é paritária e foi eleita por este plenário para representar os conselheiros municipais de saúde, e está cumprindo a sua obrigação, exigindo o comprovante das contas pagas e solicitando a apresentação mais detalhada para o devido acompanhamento dos conselheiros, e não confiar nesta comissão é não levar em conta o regimento interno aprovado pela plenária deste conselho. Continua e pede ao senhor tesoureiro que justifique ao conselheiro Cícero o porque de estar ocorrendo duas prestações de contas ao mesmo tempo. João Carlos B. Perez, Diretor Financeiro, inicia dizendo que em relação a prestação de contas, gostaria de acrescentar um fato superveniente que ocorreu no mês de junho, que foi a elaboração do orçamento, algo que demandou tempo e que foi submetido a análise do CMS, e esta elaboração ocasionou o acúmulo das prestações de contas dos meses de maio e junho. Cícero Cipriano reitera seu pedido para que seja retirado da pauta a prestação de contas, já que nas últimas reuniões foi pedido o detalhamento da fonte 499, da questão da saúde do trabalhador e não foi encontrado no envelope os detalhamentos solicitados. Cícero continua e sugere que a apresentação seja feita na próxima reunião ordinária, juntamente com os detalhamentos solicitados, conforme preconiza a própria lei, de que a prestação de contas seja a cada três reuniões e de maneira detalhada. Manoel Amaral diz que faz parte da Comissão Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde, juntamente com mais oito pessoas, que essa é uma comissão paritária, sempre trazendo nas reuniões do Conselho os pedidos da comissão, sugere que como tem pedido e defesa, que coloque em votação. Conselheiro Cícero diz ao conselheiro Manoel Amaral que em nenhum momento questionou a Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde. José Luiz Camargo diz que o Cícero tem razão naquilo que pondera, em sua opinião prestação de contas não deveria ser em reunião extraordinária e sim em reunião ordinária, e não há urgência que justifique prestação de contas em reunião extraordinária. Ana Olympia esclarece ao conselheiro José Luis que essa reunião só foi agendada extraordinariamente, porque era ponto de pauta da reunião ordinária passada, na reunião ordinária o ponto de pauta que era o organograma, foi solicitado no Conselho uma inversão de pauta para iniciar por esse ponto, e foi deliberado também que a discussão do organograma ficasse como único ponto de pauta, uma vez que havia vários questionamentos a serem feitos,

55 essa reunião é só para finalizar a reunião ordinária. A seguir é colocada em votação a  
56 manutenção do ponto de pauta **2 - Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde**  
57 **referente aos meses de maio e junho de 2011, sendo APROVADA a manutenção**  
58 **deste ponto**, tendo 14 votos favoráveis e três contrários, da conselheira Maria Osvaldina,  
59 do conselheiro Cícero Cipriano e do conselheiro José Luis. **Adriana Dorta** solicita  
60 declaração de voto e relata ter votado para que permanecesse o ponto de pauta por dois  
61 motivos, primeiro é que a maioria dos conselheiros estava na reunião passada e todos  
62 concordaram que fosse pautado para hoje. Segundo, gostaria que fosse revista as falas  
63 dos conselheiros, e que se levassem em conta, porque é deliberado algo em uma reunião  
64 e logo na próxima reunião já esqueceram o que foi deliberado, e depois questionam, que  
65 levassem em conta, porque e para que esse Conselho se reúne. **Ana Olympia** passa para  
66 aprovação da pauta, mantendo o item da Prestação de Contas, não havendo manifestação  
67 considera-se aprovada a pauta. **Adriana Dorta** pede a palavra relatando ter uma carta em  
68 mãos, e solicita aos conselheiros fazer a leitura dessa carta. **Ana Olympia** diz que não  
69 havendo manifestação é aprovada a leitura. **Adriana Dorta** diz que essa carta trata de  
70 uma solicitação de um detento do CDR, que está com problema de saúde e não está tendo  
71 acesso a assistência médica. Adriana faz a leitura do referido documento: *“Londrina, 15 de*  
72 *julho de 2011. Excelentíssima Doutora Juíza de Direito da Vara de Execução de Londrina,*  
73 *Dr Márcia Guimarães Marques da Costa. Eu André Luiz Batista: data nascimento:17/07/86,*  
74 *Filiação Paulo Sergio Batista e Clarinda Fermina Batista, natural de Maringá Paraná.*  
75 *Venho muito respeitosamente solicitar uma audiência com a Dra para mim expor o meu*  
76 *problema pessoal, pois me encontro muito doente, com um buraco de baixo do braço onde*  
77 *foi arrancado dois pedaços de costela, para se feito uma cirurgia, isso dia 16/9/2009 e até*  
78 *presente momento, eu não consegui solucionar o problema , por isso estou recorrendo a*  
79 *Dra, porque aqui no CDR eu estou apodrecendo em vida, eu escrevo pipo todo dia para o*  
80 *diretor, ele nem me dá atenção eu peço (remédio) para os funcionário eles fica bravo*  
81 *comigo alegando que a unidade não tem remédio, não tem medico, e que isso não é*  
82 *problema deles. Eu estou arriscando pegar uma bactéria e vim a óbito por que eu não tem*  
83 *ninguém por mim lá fora que possa me ajudar.Eu sou catador de papelão na rua me*  
84 *encontro preso desde do dia 13/06/08-artigo 33- estou condenado há 6 anos e 5 meses em*  
85 *regime fechado.Dra estou solicitando essa audiência para que a Dra veja com seus*  
86 *próprios olhos a minha situação, porque esse buraco fica aberto e fica escorrendo um*  
87 *liquido que causa mal cheiro, causando vários tipo de problema para minha pessoa.Eu*  
88 *confesso que eu já não sei mais a quem recorrer, porque aqui na unidade eu não estou*  
89 *tendo assistência nenhuma, eu tento expor a situação para os chefes de plantão, e todos*  
90 *eles me diz a mesma palavra que isso não é problema deles e que se eu ficar insistindo*  
91 *eles vão me colocar numa cela de isolamento, então eu fico em uma situação difícil, porque*  
92 *se eu for colocado numa cela de isolamento ai sim vou acabar falecendo, porque não vou*  
93 *ter nenhum companheiro que possa me ajudar. Eu ainda me encontro vivo porque os meus*  
94 *companheiros de cela que tem visita fica com pena da minha pessoa, e pede para vim*  
95 *algum antibiótico,gás,esparadrapo no dia de sacola e com isso eu vou me cuidando e*  
96 *mesmo quando chega essa medicação da rua pela visita os funcionários demora a fazer a*  
97 *entrega dos medicamentos para mim.Dra o que eu peço para Doutora é um socorro*  
98 *urgente porque eu estou apodrecendo em vida, me ajuda pelo amor de Deus, quero que*  
99 *antes a Dra veja com seus próprios olhos a humilhação que eu venho sofrendo pelos*  
100 *motivos da minha doença, acredito eu que só depois que a doutora olhar para meu*  
101 *problema que vou ter uma esperança de uma assistência medica sem ser preciso de eu*  
102 *sofrer uma represaria por parte da diretoria dessa unidade, chefe de plantão e dos*  
103 *funcionários em geral. Fico por aqui no aguardo de uma resposta urgente!! E deixo meus*  
104 *sinceros votos de agradecimentos. André Luiz Batista”.* **Adriana Dorta** diz que quando leu  
105 essa carta ficou muito assustada, relata que o CDR está com casos de sarna repetitiva,  
106 que todas às vezes que as mães de presidiários vão fazer visitas levam remédio. Adriana  
107 continua e diz que resolveu pedir ajuda para Secretária e até mesmo dos conselheiros,  
108 porque a carta que foi direcionada a sua pessoa, foi pedido que enviasse cópia para Carlos

109 Camargo, para o Promotor ou alguém que possa ajudá-lo. **Ana Olympia** sugere a Adriana  
110 que também seja encaminhado para Secretaria de Estado da Saúde uma vez que o CDR é  
111 do Estado. **Cristina Gil** diz que a Secretaria de Justiça e a Secretaria de Saúde do  
112 Município estão discutindo a questão da saúde das mulheres que são detentas, na questão  
113 de presídio existem projetos específicos, a Secretaria de Justiça tem isso e essa comissão  
114 vai estar aqui no final de mês. **Ana Olympia** sugere que o CMS Londrina encaminhe a  
115 carta à Secretaria de Justiça e a 17ª Regional de Saúde. Sendo acordado por todos. A  
116 seguir é passado para o ponto de pauta **2 - Prestação de Contas do Fundo Municipal de**  
117 **Saúde referente aos meses de maio e junho de 2011.** **João Carlos Barbosa Perez,**  
118 Diretor Financeiro, inicia dizendo que antes de apresentar a prestação de contas, foi  
119 solicitado pela Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde que falasse  
120 sobre dois projetos encaminhados para a Câmara Municipal de Londrina, são projetos do  
121 executivo que tinham por objetivo alterar o orçamento da Secretaria de Saúde, foi  
122 encaminhado um Projeto de Lei visando uma alteração orçamentária para atender a  
123 contratação dos Agentes Comunitário de Saúde – ACS com intuito de fazer um teste  
124 seletivo, foi enviado um Projeto de Lei para Câmara, o custo previsto para pagamento  
125 desses ACS até o término do exercício financeiro, está previsto em dois milhões,  
126 novecentos e cinquenta e quatro mil reais, foi criado um elemento de despesas 319004  
127 para fazer o pagamento da contratação direta, foi tirado de outro serviço terceiro pessoa  
128 jurídica, porque eram pagos as duas OSCIPS com esse recurso, então foi cancelada a  
129 conta 339039, entrou recurso do Município para fazer frente ao valor anteriormente  
130 aprovado na ordem de dois milhões e meio de reais de reserva de contingência, o  
131 Município repassou para o fundo dois milhões e meio reais, para fazer frente ao dois  
132 milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais, foi remanejado um milhão, trezentos e  
133 vinte mil reais de um orçamento que já existia, que estava destinado ao pagamento das  
134 OSCIPS, e foi incluído de recurso do Município o valor de um milhão, seiscentos e trinta e  
135 quatro mil reais; a sobra de um milhão seiscentos e trinta e quatro mil reais para dois  
136 milhões e meio de reais, ou seja, oitocentos e sessenta e seis mil. Informa que esse  
137 recurso ingressou como reforço orçamentário dentro da fonte 303, para fazer frente aos  
138 serviços terceirizados. Houve um aporte de capital do Município de dois milhões e meio  
139 reais, e uma previsão de gastos com os ACS até o final do exercício de dois milhões  
140 noventa e cinquenta e quatro mil reais. João Carlos continua e relata a outra alteração  
141 orçamentária realizada, trata-se de um projeto encaminhado pela Secretaria Municipal de  
142 Saúde para Câmara de Londrina havendo um remanejamento para atender o decreto de  
143 calamidade, tinham que remanejar recursos de despesas de terceiros, para atender  
144 contratação direta, foi criado o elemento de despesas em algumas fontes, a previsão de  
145 gastos com esses serviços contratados, que o Município contratou diretamente até o final  
146 de 2011, quanto que o Município pretende gastar com essas contratações, tem um custo  
147 previsto de onze milhões, setecentos e oitenta e quatro mil reais, foi cancelado nas fontes  
148 495 e 496, que são da média e alta complexidade, parte dos recursos que seriam  
149 destinados ao pagamento do SAMU e Central de Regulação. Explica que foi cancelado um  
150 milhão e meio de reais da fonte 495 e mais dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil  
151 reais, num total de três milhões, novecentos e sessenta e quatro mil reais. Lembra que já  
152 existia esse valor no orçamento, que foi o projeto de lei para contratar os plantões médicos  
153 até 31/12/2011. Finalizando, resume que em abril os Institutos Gálatas e Atlântico  
154 encaminharam uma prestação de contas parcial, e essa prestação de contas apontou um  
155 número de 811 funcionários, no mês de abril essas OSCIPS tinham 811 funcionários, as  
156 alterações orçamentárias foram feitas para tentar atender a contratação por tempo  
157 determinado via teste seletivo dos ACS. São 350 ACS e 330 funcionários dos demais  
158 programas, são os dois editais que foram divulgados, tem outra ação que é um projeto que  
159 está na Secretaria de Governo que trata da ampliação de vagas de concursos que já foram  
160 realizados, além do teste seletivo, tem outro projeto visando a ampliação de cento e  
161 dezessete vagas, essa contratação por tempo determinado embora sabe-se que não é o  
162 modelo ideal, é legal, a Constituição Federal permite em seu artigo 37 inciso 9 essa

163 contratação por tempo determinado. Informa que tem 117 ampliações de vagas com mais  
 164 25 funcionários da Policlínica; ressalta que a Policlínica já está trabalhando com seu  
 165 quadro próprio, tem 142 funcionários em regime estatutário, se esse Projeto de Lei  
 166 aprovado pela Câmara, haverá cento e quarenta e dois funcionários em regime próprio  
 167 trabalhando nos programas essenciais. Coloca que serão 17% dos serviços  
 168 municipalizados, é um projeto que está sendo encaminhado para Câmara, depende de  
 169 aprovação, os dois Institutos tinham 811 funcionários, toda essa sistemática de contratação  
 170 via teste seletivo, mais ampliação de vagas, mais remanejamento do quadro próprio, t em  
 171 um saldo positivo comparado com as OSCIPS de onze funcionários. **João Carlos** inicia a  
 172 prestação de contas referente aos meses de maio e junho/2011, das contas do Fundo  
 173 Municipal de Saúde. CNPJ: 11.323.261/0001-69. Modificações orçamentárias da Lei  
 174 11.245 de 05/07/2011. Autorizado: Para pagamento de ACS até o final do ano – R\$  
 175 2.954.000,00. – 3.1.90.04 – R\$ 1.634.000,00. Fonte 303. 3.1.90.04 – R\$ 1.320.000,00 -  
 176 Fonte 495. Reforço de Dotação Outros Serviços 3º - R\$ 866.000,00. Fonte 303. TOTAL:  
 177 R\$ 3.820.000,00. Origem dos Recursos (Cancelamento de dotação). Atividades Profiláticas  
 178 e Terapêuticas – Outros Serviços de Terceiros (339039). R\$ 1.320.000,00. Fonte 495.  
 179 Reserva de Contingência - R\$ 2.500.000,00. Fonte 99999. TOTAL: R\$ 3.820.000,00. A  
 180 alteração orçamentária visa a contratação de 503 funcionários por 90 dias e a realização  
 181 de testes seletivo, reduzindo tal nº para 355 funcionários em atendimento aos programas;  
 182 desta forma seguem as modificações orçamentárias através da Lei 11.260 de 07/07/2011.  
 183 Autorizado: Para contratação de plantões médicos e contratação de profissionais para  
 184 PSF, SAMU, SID,DST/AIDS e NASF – R\$ 6.387.000,00. 3.1.90.04 - R\$ 2.012.000,00.  
 185 Fonte 496. 3.1.90.04 R\$ 4.375.000,00. Fonte 495. Reforço de dotação – Contratação por  
 186 tempo determinado R\$ 577.000,00 Fonte 303. TOTAL: R\$ 6.964.000,00. Autorização de  
 187 redirecionamento de recurso R\$ 4.820.000,00 Fonte 303. CUSTO TOTAL R\$  
 188 11.784.000,00. ORIGEM DOS RECURSOS (Cancelamento de dotação). Ativ. administ. e  
 189 manut. Rede Básica – Outros serviços de 3ºs PJ R\$ 577.000,00 Fonte 303. Ativ. Atend aos  
 190 credenciados e ações de MAC – Outros serv. de 3º PJ R\$ 2.012.000,00 Fonte 496.  
 191 Atividades Profiláticas e Terapêutica – Material para distribuição R\$ 1.500,00 Fonte 495.  
 192 Atividades Profiláticas e Terapêuticas – Outros serv. de 3ºs PJ R\$ 2.875.000,00. TOTAL:  
 193 R\$ 6.964.000,00. ATENÇÃO BÁSICA – Fonte 495. No mês MAIO/2011: Saldo Inicial. R\$  
 194 273.115,9. RECEITA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.615.276,68. Despesas Orçamentária+  
 195 Restos à Pagar. R\$ 1.350.193,58. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 538.199,02.. SALDO  
 196 BANCÁRIO: R\$ 538.199,02. SALDO A LIQUIDAR R\$ 769.824,78. No MÊS JUNHO/2011.  
 197 Saldo Inicial. R\$ 538.199,02. Receita Orçamentária. R\$ 1.610.839,29. Despesas  
 198 Orçamentária+Restos a pagar. R\$ 858.895,92. DEFICIT/SUPERAVIT: R\$ 1.294.113,49.  
 199 Saldo Bancário: R\$ 1.294.113,49. SALDO A LIQUIDAR R\$ 10.374,06. ATENÇÃO BÁSICA  
 200 – FONTE 495. DESPESAS POR ELEMENTO – MAIO/2011. Equipamentos e Materiais  
 201 Permanentes. R\$ 6.400,00. Material de Consumo R\$ 403.811,38. Material, Bem ou Serviço  
 202 para Distribuição Gratuita R\$ 49.792,62. Passagens e Despesas com Locomoção R\$  
 203 16,50. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. R\$ 2.609,37. Outros Serviços de  
 204 Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 832.018,95. Obrigações Tributárias e Contributivas R\$  
 205 1.048,28. Gás Engarrafado R\$ 8.314,60. Material Farmacológico R\$ 11.932,44. Material  
 206 Odontológico R\$ 2.994,44. Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos R\$  
 207 931,00. Fornecimento de Alimentação R\$ 22.524,00. Máquinas, Instalações e Utens de  
 208 Escritório R\$ 7.800,00. SUB-TOTAL R\$ 1.350.193,58. No MÊS JUNHO/2011 –  
 209 Equipamentos e Material Permanente R\$ 0,00. Material de Consumo R\$ 290.952,21.  
 210 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita R\$ 34.984,69. Passagens e Despesas  
 211 com Locomoção R\$ 650,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$ 2.794,79.  
 212 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 492.922,06. Obrigações Tributárias e  
 213 Contributivas R\$ 0,00. Gás Engarrafado R\$ 13.341,24. Material Farmacológico R\$  
 214 3.937,00. Material Odontológico R\$ 0,00. Manutenção e Conservação de Máquinas e  
 215 Equipamentos R\$ 0,00. Fornecimento de Alimentação R\$ 0,00. Máquinas, Instalações e  
 216 Utens de Escritório R\$ 0,00. SUB-TOTAL R\$ 839.581,99. ATENÇÃO BÁSICA – 495.

217 DESPESA POR ELEMENTO – MÊS MAIO/2011. Diárias – Pessoal Civil R\$ 0,00. Material  
 218 Elétrico e Eletrônico R\$ 0,00. Material de Consumo – Pgto.Antecipado R\$ 0,00. Impressos  
 219 em Geral de Uso Interno R\$ 0,00. Demais Serviços de Terceiros – PJ R\$ 0,00. Locação de  
 220 Imóveis R\$ 0,00. TOTAL: 1.350.193,58. NO MÊS JUNHO/2011 – Diárias – Pessoal Civil  
 221 R\$ 3.486,00. Material Elétrico e Eletrônico R\$ 1.804,00. Material de Consumo –  
 222 Pgto.Antecipado R\$ 41,00. Impressos em Geral de Uso Interno R\$ 10.011,84. Demais  
 223 Serviços de Terceiros – PJ. R\$ 3.971,10. Locação de Imóveis R\$ -0,01. TOTAL:  
 224 858.895,92. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB/HOSP. FONTE 496. NO MÊS  
 225 MAIO/2011. Saldo Inicial R\$ 4.995.780,76. Receita Orçamentária R\$ 12.978.382,29.  
 226 Despesa Orçamentária + Restos a Pagar R\$ 15.045.662,39. Deeficit/Superávit R\$  
 227 2.928.500,66. Saldo Bancário R\$ 2.928.500,66. Saldo a Liquidar R\$ 18.286.256,51. NO  
 228 MÊS JUNHO/2011. Saldo Inicial R\$ 2.928.500,66. Receita Orçamentária R\$  
 229 11.200.729,51. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar R\$ 12.187.308,61.  
 230 Deficit/Superavit R\$ 1.941.921,56. Saldo Bancário R\$ 1.941.921,56. Saldo a Liquidar R\$  
 231 15.985.018,78. MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB/HOSP – 496. DESPESA POR  
 232 ELEMENTO – MAIO/2011. DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL R\$ 21,00. Passagens e Despesas  
 233 com Locomoção R\$ 2.904,44. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica R\$  
 234 15.022.153,14. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 3.981,10. Serviço  
 235 Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial R\$ 9.034,44. Demais Serviços de Terceiros  
 236 – Pessoa Jurídica R\$ 7.282,67. Auxílios a Pessoas Físicas – Não vinculadas a Projetos  
 237 Incentivados R\$ 285,60. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 0,00. Despesas  
 238 de Exercícios Anteriores R\$ 0,00. TOTAL: 15.045.662,39. NO MÊS JUNHO/2011. Diárias –  
 239 Pessoal Civil R\$ 0,00. Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 738,89. Outros  
 240 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 11.908.996,32. Outros Auxílios Financeiros a  
 241 Pessoas Físicas R\$ 0,00. Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial R\$ 0,00.  
 242 Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 0,00 Auxílios a Pessoas Físicas – Não  
 243 Vinculadas a Projetos Incentivados R\$ 218,40. Outros Auxílios Financeiros a Pessoas  
 244 Físicas R\$ 3.567,00. Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 273.788,00. TOTAL: R\$  
 245 12.187.308,61. VIGILÂNCIA EM SAÚDE – FONTE 497. NO MÊS MAIO/2011: Saldo Inicial  
 246 R\$ 2.633.708,42. Receita Orçamentária R\$ 14.818,13. Despesa Orçamentária + Restos a  
 247 Pagar R\$ 319.724,21. Déficit/Superávit R\$ 2.328.802,34. Saldo Bancário R\$ 2.328.802,34.  
 248 Saldo Liquidar R\$ 481.437,58. NO MÊS JUNHO/2011. Saldo Inicial R\$ 2.328.802,34.  
 249 Receita Orçamentária R\$ 142.070,68. Despesa Orçamentária + Restos a Pagar R\$  
 250 319.204,49. Déficit/Superávit R\$ 2.151.668,53. Saldo Bancário R\$ 2.151.668,53. Saldo a  
 251 Liquidar R\$ 352.343,01. VIGILÂNCIA EM SAÚDE – 497. Despesa Por Elemento -  
 252 MAIO/2011. Equipamentos e Material Permanente R\$ 26.620,00. Contratação por Tempo  
 253 Determinado R\$ 247.284,10. Diárias – Pessoal Civil R\$ 844,00. Material de Consumo R\$  
 254 19.519,30. Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 418,00 Outros Serviços de  
 255 Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 25.038,81. TOTAL: 319.724,21. NO MÊS JUNHO/2011 –  
 256 Equipamentos e Material Permanente R\$ 26.848,00. Contratação Por Tempo Determinado  
 257 R\$ 259.835,27. Diárias – Pessoal Civil R\$ 0,00. Material de Consumo R\$ 7.307,00.  
 258 Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 200,00. Outros Serviços de Terceiros –  
 259 Pessoa Jurídica R\$ 25.014,22. TOTAL: R\$ 319.204,49. ASSISTÊNCIA FARMACÊTICA –  
 260 498. NO MÊS MAIO/2011. Saldo Inicial R\$ 2.456.771,61. Receita Orçamentária R\$  
 261 230.643,92. Despesa Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 223.717,08. Déficit/Superávit R\$  
 262 2.463.698,45. Saldo Bancário R\$ 2.463.698,45. Saldo a Liquidar R\$ 302.032,18. NO MÊS  
 263 JUNHO/2011 – Saldo a Liquidar R\$ 2.463.698,45. Receita Orçamentária R\$ 230.591,78.  
 264 Despesa Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 210.395,48. Déficit/Superávit R\$ 2.483.894,75.  
 265 Saldo Bancário R\$ 2.483.894,75. Saldo a Liquidar R\$ 237.222,06. ASSISTÊNCIA  
 266 FARMACÊUTICA – 498 – Despesa por Elemento – NO MÊS MAIO/2011 – Material, Bem  
 267 ou Serviço para Distribuição Gratuita R\$ 223.442,68. Materiais de Saúde para Distribuição  
 268 R\$ 274,40. TOTAL: R\$ 223.717,08. NO MÊS JUNHO/2011 – Material, Bem ou Serviço  
 269 para Distribuição Gratuita R\$ 210.395,48. Materiais de Saúde para Distribuição Gratuita R\$  
 270 0,00. TOTAL: R\$ 210.395,48. GESTÃO DO SUS – FONTE 499. NO MÊS MAIO/2011 –

271 Saldo Inicial R\$ 921.437,99. Receita Orçamentária R\$ 6.320,02. Despesa  
 272 Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 1.182,34. Déficit/superávit R\$ 926.575,67. Saldo  
 273 Bancário R\$ 926.575,67. Saldo a Liquidar R\$ 0,00.. NO MÊS JUNHO/2011 – Saldo Inicial  
 274 R\$ 926.575,67. Receita Orçamentária R\$ 6.206,55. Despesa Orçamentária+Restos a  
 275 Pagar R\$ 0,00. Déficit/Superávit R\$ 932.782,22. Saldo Bancário R\$ 932.782,22. Saldo a  
 276 Liquidar R\$ 0,00. GESTÃO DO SUS – 499. DESPESA POR ELEMENTO – NO MÊS  
 277 MAIO/2011 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 989,94. Material, Bem ou Serviço  
 278 para Distribuição Gratuita R\$ 192,40. TOTAL: R\$ 1.182,34. INVESTIMENTO – BLOCO 500  
 279 – NO MÊS MAIO/2010 – Saldo Inicial R\$ 254.656,58. Receita Orçamentária R\$ 1.393,83.  
 280 Despesa Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 0,00. Déficit/Superávit R\$ 256.050,41. Saldo  
 281 Bancário R\$ 256.050,41. Saldo a Liquidar R\$ 0,00. NO MÊS JUNHO/2010 – Saldo Inicial  
 282 R\$ 256.050,41. Receita Orçamentária R\$ 952,25. Despesa Orçamentária+Restos a Pagar  
 283 R\$ 136.080,12. Deficit/Superávit R\$ 120.922,54. Saldo Bancário R\$ 120.922,54. Saldo a  
 284 Liquidar R\$ 61.048,06. INVESTIMENTO – 500. Despesa por Elemento. NO MÊS  
 285 MAIO/2011. Obras e Instalações – UPA III – Arthur Thomas – 1ª medição R\$ 0,00. NO  
 286 MÊS JUNHO/2011 – Obras e Instalações – UPA III – Arthur Thomas – 1ª medição R\$  
 287 136.080,12. TOTAL: R\$ 136.080,12. SERVIÇOS PRESTADOS – FONTE 369 – NO MÊS  
 288 MAIO/2011. Saldo Inicial R\$ 15.420,67. Receita Orçamentária R\$ 702.132,51 .Despesa  
 289 Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 273.803,73. Déficit/Superávit R\$ 443.749,45. Saldo  
 290 Bancário R\$ 443.749,45. Saldo a Liquidar R\$ 1.044.789,67. NO MÊS JUNHO/2011 – Saldo  
 291 Inicial R\$ 443.749,45. Receita Orçamentária R\$ 955.861,77. Despesa  
 292 Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 379.618,37. Déficit/Superávit R\$ 1.019.992,85. Saldo  
 293 Bancário R\$ 1.019.992,85. Saldo a Liquidar R\$ 423.910,03. SERVIÇOS PRESTADOS –  
 294 369. Despesa por Elemento NO MÊS MAIO/2011. Equipamentos e Materiais Permanente  
 295 R\$ 44.634,00. Material de Consumo R\$ 85.437,22. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa  
 296 Física R\$ 5.999,89. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 129.396,58. Outras  
 297 Despesas com Gêneros Alimentícios R\$ 8.336,04. TOTAL: R\$ 273.803,73. NO MÊS  
 298 JUNHO/2011 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.049,90. Material de Consumo  
 299 R\$ 211.544,64. Outros Serviços de Terceiros – PESSOA FÍSICA. R\$ 5.999,89. Outros  
 300 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$ 157.023,94. Outras Despesas com Gêneros  
 301 Alimentícios R\$ 0,00. TOTAL: R\$ 379.618,37. RECURSOS DO TESOIRO – FONTE 001.  
 302 NO MÊS MAIO/2011. Saldo Inicial R\$ 2.152,46. Receita Orçamentária e Extra  
 303 Orçamentária R\$ 165.939,11. Despesa Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 159.884,15.  
 304 Déficit/Superávit R\$ 8.207,42. Saldo Bancário R\$ 8.207,42. Saldo a Liquidar R\$ 3,00. NO  
 305 MÊS JUNHO/2011. Saldo Inicial R\$ 8.207,42. Receita Orçamentária e Extra Orçamentária  
 306 R\$ 157.979,21. Despesa Orçamentária+Restos a Pagar R\$ 92.549,07. Déficit/Superávit –  
 307 R\$ 73.637,56. Saldo Bancário – R\$ 73.637,56. Saldo a Liquidar – R\$ 195,68. RECURSOS  
 308 DO TESOIRO – 001. DESPESA POR ELEMENTO – MAIO/2011. Vencimento e  
 309 Vantagens – Pessoal Civil – R\$ 123.137,77. Outras Despesas Variáveis – Pessoa Civil –  
 310 R\$ 253,51. Auxílio-Alimentação – R\$ 5.330,93. Obrigações Patronais – R\$ 23.017,27.  
 311 Indenizações e Restituições – R\$ 461,52. Indenizações e Restituições – R\$ 7.683,15.  
 312 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 0,00. TOTAL: R\$ 159.884,15. NO  
 313 MÊS JUNHO/2011. Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 84.100,00. Outras  
 314 Despesas Variáveis – Pessoa Civil – R\$ 0,00. Auxílio-Alimentação – R\$ 0,00. Obrigações  
 315 Patronais – R\$0,00. Indenizações e Restituições – R\$ 7.683,15. Indenizações e  
 316 Restituições – R\$ 0,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 765,92.  
 317 TOTAL: R\$ 92.549,07. RECEITAS VINCULADAS – FONTE 303. NO MÊS MAIO/2011.  
 318 Saldo Inicial – R\$ 4.178.729,75. Receita Orçamentária e Extra Orçamentária – R\$  
 319 8.775.188,82. Despesa Orçamentária+Restos a Pagar – R\$ 9.003.075,78. Déficit/Superávit  
 320 – R\$ 3.950.842,79. Realizável Folha Pgto – R\$ 0,00. Saldo Bancário – R\$ 3.950.842,79.  
 321 Saldo a Liquidar – R\$ 230.640,34. NO MÊS JUNHO/2011. Saldo Inicial – R\$ 3.950.842,79.  
 322 Receita Orçamentária e Extra Orçamentária – R\$ 9.458.157,65. Despesa  
 323 Orçamentária+Restos a Pagar – R\$ 7.668.084,02. Déficit/Superávit – R\$ 5.740.916,42.  
 324 Realizável Folha Pgto – R\$ 705.530,83. Saldo Bancário – R\$ 6.446.447,25. Saldo a

325 Liquidar – R\$ 1.040.969,89. RECEITAS VINCULADAS – 303. DESPESA POR ELEMENTO  
 326 – NO MÊS MAIO/2011. Auxílio-Alimentação – R\$ 389.147,60. Auxílio-Transporte – R\$  
 327 30.162,00. Diárias Pessoal Civil – R\$ 260,00. Equipamentos e Material Permanente – R\$  
 328 720,00. Gás Engarrafado – R\$ 0,00. Indenizações e Restituições – R\$ 4.004,20. Material  
 329 de Consumo – R\$ 2.169,60. Obras e Instalações – R\$ 0,00. Obrigações Patronais – R\$  
 330 988.782,10. Obrigações Tributárias e Contributivas – R\$ 1.573,89. Outras Despesas  
 331 Variáveis Pessoa Civil – R\$ 606.111,96. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física – R\$  
 332 6.573,61. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – R\$ 1.888.081,69. Passagens e  
 333 Despesas com Locomoção – R\$ 648,00. Postos de Saúde – R\$ 70.560,60. Ressarcimento  
 334 de Pessoal Requisitado – R\$ 19.629,64. Salário Família – R\$ 212,03. Vencimento e  
 335 Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 4.994.438,86. TOTAL: R\$ 9.003.075,78. NO MÊS  
 336 JUNHO/2011. Auxílio-Alimentação – R\$ 405.305,59. Auxílio-Transporte – R\$ 28.342,60.  
 337 Diárias Pessoa Civil – R\$ 0,00. Equipamentos e Material Permanente – 0,00. Gás  
 338 Engarrafa – R\$ 3.077,61. Indenizações e Restituições – R\$ 2.074,20. Material de Consumo  
 339 – R\$ 320,65. Obras e Instalações – R\$ 200.829,73. Obrigações Patronais – R\$ 895.209,84.  
 340 Obrigações Tributárias e Contributivas – R\$ 0,00. Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil  
 341 – 610.637,12. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física – R\$ 7.285,92. Passagens e  
 342 Despesas com Locomoção – R\$ 3.362,02. Postos de Saúde – R\$ 33.578,53.  
 343 Ressarcimento de Pessoal Requisitado 9.814,82. Salário Família – R\$ 393,77. Vencimento  
 344 e Vantagens Fixas – PESSOAL civil – R\$ 5.416.104,63. TOTAL: R\$ 7.668.084,02. TAXAS  
 345 – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA – FONTE – 510. NO MÊS MAIO/2011. Saldo Inicial –  
 346 R\$ 207.162,84. Receita Orçamentária e Extra Orçamentária – R\$ 1.001,15. Despesa  
 347 Orçamentária+Restos a Pagar – R\$ 76.271,97. Déficit/Superávit – R\$ 131.892,02. Saldo  
 348 Bancário – 131.892,02. Saldo a Liquidar – R\$ 44.589,14. Material de Consumo – R\$  
 349 340,57 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 35.114,49. Contratação por  
 350 tempo Determinado – R\$ 39.280,12. Material para Comunicações – R\$ 1.536,79. TOTAL:  
 351 R\$ 76.271,97. NO MÊS JUNHO/2011. Saldo Inicial – R\$ 131.892,02. Receita Orçamentária  
 352 e Extra Orçamentária – R\$ 855.143,38. Despesa Orçamentária+Restos a Pagar – R\$  
 353 73.823,40. Déficit/Superavit – R\$ 913.212,00. Saldo Bancário – R\$ 913.212,00. Saldo a  
 354 Liquidar – R\$ 9.724,82. Material de Consumo – R\$ 2.058,32. Outros Serviços de Terceiros  
 355 – Pessoa Jurídica – R\$ 33.029,12. Contratação por Tempo Determinado – R\$ 38.735,96.  
 356 Material para Comunicações – R\$ 0,00. TOTAL: R\$ 73.823,40. RIMS - Relação dos  
 357 Investimentos do Município em Saúde MAIO/2011. FONTE: 001- Receita Orçamentária R\$  
 358 194,01. Receita Extra-Orçamentária R\$ 165.745,10. TOTAL R\$ 165.939,11. FONTE- 303-  
 359 Receita Orçamentária R\$ 30.575,35. Receita Extra-Orçamentária R\$ 8.744.613,47. TOTAL:  
 360 R\$ 8.775.188,82. FONTE: 510 - Receita Orçamentária R\$ 1.001,15 Receita Extra-  
 361 Orçamentária R\$ - . TOTAL: R\$ 1.001,15. TOTAL: R\$ Receita Orçamentária R\$ 31.770,51.  
 362 Receita Extra-Orçamentária R\$: -. TOTAL: R\$ 8.910.358,57. TOTAL: R\$ 8.942.129,08.  
 363 RECEITA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ORIGEM. FEDERAÇÃO: União (MS)-  
 364 R\$ 16.951.557,00. Percentual- 65,47%. Estado- R\$ - . Percentual- 0,00. Município  
 365 (Londrina)- R\$ 8.942.129,08. Percentual 34,53%. TOTAL: R\$ 25.893.686,08. Percentual-  
 366 100,00%. RIMS – Relação dos Investimentos do Município em Saúde JUNHO/2011.  
 367 FONTE: 001 - Receita Orçamentária R\$ 68,65. Receita Extra Orçamentária R\$ 157.910,56.  
 368 TOTAL: R\$ 157.979,21. FONTE: 303 - Receita Orçamentária R\$ 34.164,15. Receita Extra-  
 369 Orçamentária R\$ 9.423.993,50. TOTAL: R\$ 9.458.157,65. FONTE: 510 - Receita  
 370 Orçamentária R\$ 5.143,38. Receita Extra-Orçamentária R\$ 850.000,00. TOTAL: R\$  
 371 855.143,38. TOTAL: Receita Orçamentária R\$ 39.376,18. Receita Extra-Orçamentária R\$  
 372 10.431.904,06. TOTAL: R\$ 10.471.280,24. Receita do Fundo Municipal de Saúde por  
 373 Origem. FEDERAÇÃO: União (MS)- R\$ 14.197.117,97. Percentual: 57,55%. Estado- R\$ - .  
 374 Percentual: 0,00%. Município (Londrina)- R\$ 10.471.280,24. Percentual: 42,45%. TOTAL:  
 375 R\$ 24.668.398,21. Percentual: 100,00%. RESUMO DOS CONVÊNIOS E FONTES DE  
 376 2007 – SALO EM MAIO/2011. FONTE 310: Programa Saúde da Família – PSF/PROESF.  
 377 Saldo Inicial R\$ 1.536,65. Receita no mês Maio R\$ 8,25. Receita no Período Anterior Maio  
 378 R\$ 19,58. Déficit ou Superávit no mês Maio R\$ 8,25. Déficit ou Superávit no Período Maio



379 R\$ 1.564,48. Saldo Bancário 31/05/2011. R\$ 1.564,48. FONTE 313 – Programa Nacional  
 380 de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças – Saldo Inicial R\$ 606,95. Déficit ou  
 381 Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio – R\$ 606,95.  
 382 FONTE 315 – Programa Nacional de HIV/AIDS e Outras DST. Saldo Inicial R\$ 12.904,75.  
 383 Despesas no Período Anterior maio – R\$ 11.325,00. Déficit ou Superávit no mês maio – R\$  
 384 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio – R\$ 1.579,75. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$  
 385 1.698,11. FONTE – 324 : Convênio 3794/2004 – Unidades Básicas de Saúde – Saldo  
 386 Inicial R\$ 22.587,00. Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no  
 387 Período maio – R\$ 11.587,00. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$ 22.587,00. FONTE 330 –  
 388 Convênio 1818/2004 – Ampliação Maria Cecília – Saldo Inicial – R\$ 2.928,50. Déficit ou  
 389 Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio – R\$ 2.928,50.  
 390 Saldo Bancário 31/05/2011. 2.928,50. FONTE 334 – Convênio 2076/2003 – UBS  
 391 Petrimônio Regina – Saldo Inicial – R\$ 197.629,44. Receita no mês maio R\$ 197.629,44.  
 392 Receita no mês maio – R\$ 165,30. Receita no Período anterior maio R\$ 2.801,43.  
 393 Despesas no mês maio – R\$ 72.854,41. Despesa no Período Anterior – Maio - R\$  
 394 124.736,01. Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ 72.689,11. Déficit ou Superávit no  
 395 Período maio – R\$ 3.005,75. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$ 3.005,75. FONTE 340 –  
 396 Centro de Referência à Saúde do Trabalhador – CEREST . Saldo Inicial R\$ 314.341,49.  
 397 Déficit ou Superávit no mês maio R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio – R\$  
 398 314.341,49. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$ 314.341,49. FONTE 341 – MAC Vigilância  
 399 Sanitária – Saldo Inicial R\$ 1.824,22. Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit  
 400 ou Superávit no Período maio - R\$ 1.824,22. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$ 1.824,22.  
 401 FONTE 342 – Centro de Especialidades Odontológicas – CEO. Saldo Inicial R\$ 8.342,73.  
 402 Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio R\$  
 403 8.342,73. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$ 8.342,73. FONTE 343 – Vigilância Sanitária –  
 404 PAB – Saldo Inicial R\$ 102,07. Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit ou  
 405 Superávit no Período maio – R\$ 102,07. Saldo Bancário 31/05/2011-R\$ 102,07. FONTE  
 406 346 – CONVÊNIO 1205/2005 – Atenção Mulher – Saldo Inicial R\$ 162,86. Déficit ou  
 407 Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio – R\$ 162,86. Saldo  
 408 Bancário 31/05/2011-R\$ 162,86. FONTE 347 – CONVÊNIO 4888/2005 – Qualificação da  
 409 Gestão – Saldo Inicial R\$ 586.339,47. Receita no mês maio – R\$ 3.269,71. Receita no  
 410 Período Anterior Maio – R\$ 10.862,76. Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ 3.269,71.  
 411 Déficit ou Superávit no Período maio – R\$ 600.471,94. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$  
 412 600.471,94. FONTE 348 – Gestão de Vigilância em Saúde – VIGISUS . Saldo Inicial R\$  
 413 62.328,69. Despesa no Período Anterior Maio – R\$ 36.855,00. Déficit ou Superávit no mês  
 414 - R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio – R\$ 25.473,69. Saldo Bancário 31/05/2011  
 415 – R\$ 25.473,69. FONTE - 349 – Pró Saúde MS Londrina Saldo Inicial R\$ 233.738,69.  
 416 Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período maio R\$  
 417 233.738,69. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$ 233.738,69. TOTAL; Saldo Inicial - R\$  
 418 1.447.006,12. Receita no mês maio – R\$ 3.452,06. Receita no Período Anterior maio – R\$  
 419 13.740,47. Despesa no mês maio – R\$ 72.854,41. Despesa no Período Anterior maio – R\$  
 420 172.9016,01. Déficit ou Superávit no mês maio – R\$ -69.402,35. Déficit ou Superávit no  
 421 Período maio – R\$ 1.218.428,23. Saldo Bancário 31/05/2011 – R\$ 1.218.428,23. RESUMO  
 422 DOS CONVÊNIOS E FONTES DE 2007 – SALDO EM JUNHO/ 2011. FONTE 310-  
 423 Programa Saúde da Família – PSF / PROESF. Saldo Inicial R\$ 1.536,65. Receita no mês  
 424 Junho – R\$ 8,10. Receita no Período Anterior Junho – R\$ 27,836. Déficit ou Superávit no  
 425 Período Junho – R\$ 1.572,58. Saldo Bancário 30/06/2011 – R\$ 1.572,58. FONTE 313-  
 426 Programa Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças. Saldo Inicial R\$  
 427 606,95. Déficit ou Superávit no Período junho R\$ 606,95. Saldo Bancário 30/06/2011-R\$  
 428 606,95. FONTE 315 – Programa Nacional de HIV/AIDS e Outras DST.- Saldo Inicial R\$  
 429 12.904,75. Despesas no Período Anterior Junho R\$ 11.325,00. Déficit ou Superávit no  
 430 Período R\$ 1.579,75. Saldo Bancário 30/06/2011-R\$ 1.579,75. FONTE 323 – Convênio  
 431 928/2003-MS – Maria Cecília – Saldo Inicial R\$ 1.632,61. Receita no Mês Junho R\$ 8,69.  
 432 Receita no Período Anterior Junho – R\$ 65,50. Déficit ou Superávit no Período junho-R\$



433 1.706,80. Saldo Bancário 30/06/2011- R\$ 1.706,80. FONTE 324 - Convênio 3794/2002 –  
434 Unidades Básicas Saúde- Saldo Inicial R\$ 22.587,00. Déficit ou Superávit no Período  
435 Junho R\$ 22.587,00. Saldo Bancário 30/06/2011- R\$ 22.587,00. FONTE 330- Convênio  
436 1818/2004- Ampliação Maria Cecília. Saldo Inicial R\$ 2.928,50. Déficit ou Superávit no  
437 Período Junho R\$ 2.928,50. Saldo Bancário 30/06/2011. R\$ 2.928,50. FONTE 334-  
438 Convênio 2076/2003-UBS Patrimônio Regina – Saldo Inicial R\$ 197.629,44. Receita no  
439 mês Junho 15,85. Receita no Período Anterior Junho R\$ 2.966,73. Despesa no Período  
440 Anterior Junho R\$ 197.950,42. Despesa no Período Anterior Junho R\$ 197.590,42. Déficit  
441 ou Superávit no Período Junho R\$ 3.021,56. Saldo Bancário 30/06/2011 – R\$ 3.021,56.  
442 FONTE 340- Centro de Referência e Saúde do Trabalhador – CEREST. Saldo Inicial R\$  
443 314.341,49. DEFICIT Ou Superávit no Período junho – R\$ 314.341,49. Saldo Bancário  
444 30/06/2011- R\$ 314.341,49. FONTE 341- MAC – Vig.Sanitária- Saldo Inicial R\$ 1.824,22.  
445 Déficit ou Superávit no Período junho –R\$ 1.824,22. Saldo Bancário 30/06/02011- R\$  
446 1.824,22. FONTE 342 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO – Saldo Inicial – R\$  
447 8.342,73. Deficit ou Superávit no Período junho – 8.342,73. Saldo Bancário 30/06/2011 R\$  
448 8.342,73. FONTE 343- Vigilância Sanitária – PAB. Saldo Inicial R\$ 102,07. Déficit ou  
449 Superávit no Período junho R\$ 102,07. Saldo Bancário 30/06/2011- R\$ 102,07. FONTE  
450 346 – CONVÊNIO 1205/2005- Atenção Mulher – Saldo Inicial- R\$ 162,86. Déficit ou  
451 Superávit no Período Junho R\$ 162,86. Saldo Bancário 30/06/2011. R\$ 162,86. FONTE  
452 347- CONVÊNIO 4888/2005- Qualificação da Gestão-Saldo Inicial R\$ 586.339,47. Receita  
453 no Mês Junho- R\$ 3.211,62. Receita no Período Anterior Junho R\$ 14.132,47. Déficit ou  
454 Superávit no Período junho R\$ 603.683,56. Saldo Bancário 30/06/2011- R\$ 603.683,56.  
455 FONTE 348 – Gestão de Vigilância em Saúde – VIGISUS – Saldo Inicial R\$ 62.328,69.  
456 Despesa no Período Anterior – Junho R\$ 36.855,00. Déficit ou Superávit no Período junho  
457 – R\$ 25.473,69. Saldo Bancário 30/06/2011-R\$ 25.473,69. FONTE 349- PRÓ Saúde MS  
458 Londrina – Saldo Inicial R\$ 233.738,69. Déficit ou Superávit no Período Junho R\$  
459 233.738,69. Saldo Bancário 30/06/2011 – 233.738,69. TOTAL: Saldo Inicial R\$  
460 1.447.006,12. Receita no Mês Junho R\$ 3.244,22. Receita no Período Anterior Junho R\$  
461 17.192,53. Despesa no Mês Junho R\$ 0,00. Despesa no Período Anterior Junho R\$  
462 245.770,42. Déficit ou Superávit no Mês Junho – R\$ 0,00. Déficit ou Superávit no Período  
463 Junho R\$ 1.221.672,45. Saldo Bancário 30/06/2011- R\$ 1.221.672,45. **Maria Osvaldina**  
464 pergunta a respeito do dinheiro que é destinado a oficina para os conselheiros. **João**  
465 **Carlos** responde que se está dentro do bloco 4 e não há como desvirtuar a utilização  
466 desse recurso, porque a Portaria nº 204 do Ministério da Saúde, estabelece bloco de  
467 financiamento, através de um termo de cooperação de um convênio, embora esteja  
468 vinculado ao bloco de financiamento, é preciso se atentar a esses detalhes. **Custódio**  
469 **Rodrigues do Amaral** agradece ao Diretor Financeiro João Carlos, pois solicitou que fosse  
470 feito um detalhamento da prestação de contas para que os conselheiros pudessem  
471 acompanhar melhor, e foi atendido prontamente. **Cristina Gil** relata a respeito do repasse  
472 do recurso do Estado, informa que a 17ª Regional de Saúde ainda não terminou de fazer o  
473 levantamento dos repasses do Estado para Londrina. **João Carlos** informa que o Termo de  
474 Cooperação firmado no combate à dengue que o Estado repassou quinhentos mil reais, diz  
475 que com esse recurso foi contratada a CLASSMED até 31 de julho e ficou um saldo  
476 remanescente, foi entrado em contato com Secretário de Estado da Saúde Dr Michelle,  
477 relatando a preocupação de devolver o recurso. Informa que o Secretário de Estado  
478 solicitou que enviasse um ofício solicitando a utilização desse recurso, para o mesmo  
479 objeto, porque o Estado não tem a intenção de solicitar a devolução. **Adriana Dorta** solicita  
480 esclarecimentos de duas questões: primeiro é a respeito de convênio de 2007, fonte 369; e  
481 a segunda é a respeito da coleta de lixo e do tratamento de resíduo. **João Carlos**  
482 esclarece que a fonte 369, recurso que ingressa no Fundo Municipal de Saúde que é o que  
483 faturado pelo PAM e PAI na média e alta complexidade. Com relação aos convênios para  
484 tratamento de resíduos, informa que existe um contrato com a Serquipe, que é para coleta  
485 resíduos hospitalares da Maternidade e UBSs. **Cícero Cipriano** pergunta porque demorou  
486 tanto para criar a lei que possibilita contratar ACS pelo Município. A respeito do estado de

487 calamidade pública, reintera que decretar estado de calamidade pública é atestar  
488 incompetência e falta de gestão, porque Londrina que sempre foi referência chegar em um  
489 estado desse é lamentável. Pergunta qual é o critério utilizado para verificar o que está  
490 sendo pago é o que de fato está sendo feito, se é apenas através da DACA, ou existem  
491 outros meios, amostragens e análises que verificam se essas notas estão realmente sendo  
492 feitas. Cícero diz que fica frustrado enquanto conselheiro, em aprovar uma prestação de  
493 contas onde milhões estão sendo gastos, sendo que nas UBS estão faltando médicos,  
494 medicamentos; pergunta com relação aos funcionários da saúde que são cedidos para  
495 outras Secretarias, pergunta se é repassado também o valor desses salários dessas outras  
496 Secretarias para a Secretaria da Saúde, ou a Saúde que arca com isso. Pergunta qual foi o  
497 resultado da auditoria do Ministério da Saúde com relação as contas do Município. Quanto  
498 foi gasto até agora com PROATIVA e quais são os critérios que estão sendo avaliados  
499 para pagamento dessa empresa, uma fez que há falta médicos. **João Carlos** esclarece  
500 que com relação a empresa PROATIVA, essa foi contratada através de uma Ata de  
501 Registro de Preço, é fruto de um processo licitatório, ou seja, se a empresa não executar o  
502 serviço, não cumprir o contrato, não será punida. No edital traz a forma de execução, as  
503 sanções, e esse acompanhamento. Explica que tem no Município a Secretaria de Gestão  
504 Pública que centralizou os processos licitatórios, foi colocado dois conceitos: de fiscal e de  
505 contrato. O gestor de contrato é quem faz a fiscalização *in loco*, ou seja, a Secretaria de  
506 Saúde; já a Secretaria de Gestão Pública é quem faz a verificação dos contratos, dos  
507 documentos comprobatórios, de pedidos de equilíbrio econômico-financeiros, de  
508 aplicações de sanções por inexecução do serviço. A Ata de Registro de Preços é um  
509 instrumento legal e o empenho tem efeito de contrato, ou seja, se a PROATIVA não  
510 executar um serviço solicitado pela Secretaria de Saúde, irá motivar essa a informar a  
511 Secretaria de Gestão Pública sobre a não execução do serviço, o que irá implicar na  
512 aplicação das sanções previstas no edital, porque a Ata não traz as sanções. Coloca que é  
513 a mesma questão da Classmed, a referida empresa foi remetida a Secretaria de Gestão  
514 Pública, ou seja, toda a execução cabe a Secretaria de Gestão Pública, no que tange a  
515 enquadrar a Classmed e a PROATIVA nas condições previstas no Edital e aplicar as  
516 sanções previstas. A respeito dos critérios, a verificação *in loco*, quando é firmado um  
517 contrato, tem a fiscalização *in loco*, que verificam se os serviços foram prestados, nessa  
518 verificação quando se fatura, o recebimento provisório do serviço, dando recebimento na  
519 nota fiscal, essa é remetida à Secretaria de Gestão Pública que dá o recebimento  
520 definitivo, verifica todos os encargos sociais trabalhistas que a lei prevê e dá o recebimento  
521 definitivo e retorna a Secretaria de Saúde para que haja o pagamento. João esclarece que  
522 esse procedimento não se refere naquilo que é contratado, as contratualizações ou a  
523 conferência feita pela DACA, é uma outra metodologia utilizada, se refere aos contratos  
524 firmados com a Secretaria de Saúde via Secretaria de Gestão Pública. João Carlos  
525 continua e relata a respeito dos funcionários cedidos, que na fonte 1001, os funcionários  
526 cedidos custaram no mês de junho para o Município oitenta e três mil, quatrocentos e  
527 dezesseis reais e cinquenta centavos, líquido; explica que o Município repassa tudo que é  
528 referente a folha de pagamento através da interferência financeira, ou seja, a interferência  
529 financeira é um aporte de recursos por parte do Município. **Sandra Regina**, assessora da  
530 Diretoria Financeira, esclarece que os funcionários cedidos são pagos com a fonte 1001,  
531 que não é dos 15% de investimento do Município em saúde. **João Carlos** relata a respeito  
532 da auditoria realizada pelo Ministério da Saúde, que foram levantados muitos documentos,  
533 a parte que cabe a Secretaria de Saúde foi esclarecida, apenas aguardando o relatório  
534 final. **Maria Osvaldina** pergunta a respeito dos pagamentos das OSCIPS. **João Carlos**  
535 esclarece que com relação as OSCIPS, foi realizada uma retenção de pagamento, a  
536 Secretaria Municipal de Gestão Pública acompanhou a execução dos quatro termos de  
537 parceria, foi observado que não havia a execução na sua totalidade, então foi feita uma  
538 análise da prestação de contas dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e foi glosado a  
539 quarta parcela de um milhão trezentos e sessenta e oito mil reais do Instituto Gálatas e  
540 quatrocentos e sessenta e cinco mil reais do Instituto Atlântico. Informa que na sexta

541 parcela foi verificada a prestação de contas da parcela de abril e março, que não foi  
542 executada na sua totalidade, a Secretaria reteve dois milhões, quatrocentos e dezenove mil  
543 reais pela sua não execução na sua totalidade dos termos; explica que quando é feito o  
544 repasse para as OSCIPS, na planilha de composição de preços as OSCIPS trazem  
545 algumas previsões de despesas como: décimo terceiro, férias etc. Todas as previsões  
546 estão lá, quando é feito o repasse, as OSCIPS já estão repassando as previsões. Informa  
547 também, que foi pago um milhão, dezenove mil, quatrocentos e dezenove mil reais, porque  
548 foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, através do Ministério do Trabalho,  
549 para resguardar o direito dos funcionários, porque a Secretaria de Saúde é subsidiária, se  
550 eles entrar com uma ação contra os Institutos Atlântico e Gálatas, como eles não tem  
551 patrimônio, quem teria que arcar seria o Município. **José Luis Camargo** pergunta se o  
552 TAC previu o repasse para essas Instituições referente a serviços não prestados. **João**  
553 **Carlos** esclarece que os valores retidos são referentes à execução de uma análise  
554 preliminar que a Secretaria de Saúde fez e reteve dois milhões, quatrocentos e dezenove  
555 mil reais, essa glosa é suscetível a questionamento futuro por parte das OSCIPS. O valor  
556 pago de um milhão, quatrocentos e dezenove mil reais é referente a verbas rescisórias,  
557 que são as previsões que faziam parte das planilhas de composição de custos. **José Luis**  
558 diz que se elas deveriam ter, significa que é provável que elas já tivessem recebido isso  
559 anteriormente, Porque pagar novamente agora. **João Carlos** diz que foi feito um Termo de  
560 Ajustamento de Conduta na Justiça do Trabalho, por isso o Município teve que arcar com  
561 a despesa, porque é subsidiário, então tudo que ocorrer em função disso, o Município vai  
562 ter que arcar. **Cícero Cipriano** relata ter solicitado o contrato de gestão da empresas e  
563 essa solicitação feita junto ao Ministério Público. Diz que o contrato previa duas formas de  
564 avaliar essas empresas, a primeira era contratação de médicos e isso não foi feito, pois  
565 era para contratar quarenta médicos e contrataram apenas trinta; a segunda condição é a  
566 satisfação da comunidade. Pergunta já que nenhuma dessas duas condições foi  
567 contemplada, porque que não rompeu o contrato anteriormente e esperou todo esse  
568 processo para tomar uma atitude. **José Luis** diz que em sua opinião isso só foi rompido  
569 porque houve o descobrimento de alguns escândalos, se os escândalos não tivessem sido  
570 descobertos, provavelmente os contratos não teriam sido interrompidos. **Ana Olympia**  
571 discorda do conselheiro José Luis porque a partir do momento que houve fiscalização e foi  
572 encaminhada denúncia para a Controlado fazer a auditoria, as ações começaram a ser  
573 apuradas. Ressalta que se não tivesse sido via Ministério Público por denúncia anônima,  
574 seria pela Secretaria de Saúde, porque esse relatório seria enviado para o Ministério  
575 Público, o encaminhamento que estava dando era o mesmo, inclusive com rompimento de  
576 contrato, estava sendo feita a fiscalização, precisava ter subsídios comprobatórios daquilo  
577 que era suspeitado, para poder solicitar não só o rompimento do contrato, como  
578 encaminhar para o Ministério Público um processo, era feito esse caminho quando foi  
579 deflagrada a operação pelo Ministério Publico. **Cícero Cipriano** diz não concordar, porque  
580 se for analisar até a última semana do contrato a Secretaria de Saúde não tinha alternativa  
581 para substituição das OSCIPS. Cícero continua e reintera sua solicitação com relação ao  
582 Bloco 5 - de gestão, onde tem novecentos e trinta e dois mil reais parados, sendo que o  
583 CMS deliberou pela confecção de material educativo para trabalhar na sala de espera, e  
584 até agora está no gerúndio. Coloca que na linha 107, onde fala do Bloco de Gestão do  
585 SUS, o financiamento deverá apoiar a iniciativa do fortalecimento da gestão, pede  
586 detalhamento sobre o Bloco de Gestão do SUS, sabendo que nesse bloco está  
587 contemplado a questão da regulação, controle, auditoria, avaliação, planejamento,  
588 orçamento, regionalização, programação, participação e controle social, gestão do  
589 trabalho, educação em saúde, incentivo e implementação de políticas específicas; por isso  
590 coloca que é inadmissível ter o recurso e não ser executados esses serviços. Quanto a  
591 Saúde do Trabalhador, onde fala trezentos e quatorze mil reais e quarenta e nove  
592 centavos, relata ver tantos trabalhadores tendo que implorar fisioterapia sendo que tem  
593 dinheiro que poderia ser investido na saúde do trabalhador e está parado, solicita um  
594 detalhamento desse recurso. **Sandra Iara**, membro da Comissão de Acompanhamento do

595 Fundo Municipal de Saúde, fala que com relação ao resumo de convênios, a comissão  
596 solicitou a coordenação administrativa e financeira que fizesse um levantamento desses,  
597 colocando quando foi iniciado e qual é a data de término. Outro ponto solicitado pela  
598 comissão é quanto ao investimento de onze milhões reais pelo Município, e na realidade  
599 são dois milhões de reais, o restante era remanejamento dos valores da OSCIPS. Outra  
600 solicitação é que a Diretoria Financeira disponibilize previamente a apresentação feita na  
601 pauta da prestação de contas, pois isso possibilitará aos conselheiros o melhor  
602 acompanhamento da prestação de contas. **João Carlos** diz que atualmente a Diretoria  
603 Financeira tem uma funcionária que trabalhou anos na Secretaria de Gestão Pública e  
604 conhece a tramitação burocrática para atender a Lei nº 8666, que estabelece um rol de  
605 documentos. Essa funcionária está conversando com cada detentor de convênio para  
606 verificar que forma vai agilizar isso. **Rosilene Machado** relata que foi questionada a  
607 respeito das cartilhas educativas, tem um encaminhamento de uma cartilha para os  
608 usuários que está para análise do setor de comunicação da Prefeitura e depois  
609 encaminhar para o Conselho. Outra sugestão é acionar as Comissões de Humanização e  
610 de Educação Permanente para que possam estar sugerindo materiais. Em relação ao  
611 curso de especialização, diz que a proposta está sendo refeita, visando se adequar aos  
612 moldes estabelecidos pela legislação pública. **Cícero Cipriano** diz que com relação a  
613 cartilha tem um projeto licitado, o valor é de quarenta e quatro mil reais, e não é uma  
614 cartilha e sim a confecção de um CD educativo para ser trabalhado na sala de espera das  
615 UBS, ensinando todo o fluxo das unidades e também em relação na forma de prevenir  
616 doenças, resgatar na atas do Conselho onde foi deliberado e licitado, foi feito o projeto no  
617 valor de quarenta e quatro mil reais. Finalizado o debate são colocadas em votação as  
618 **Prestações de Contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de maio e**  
619 **junho de 2011, sendo APROVADAS pelos conselheiros, tendo 18 votos favoráveis e 1**  
620 **voto contrário** do conselheiro Cícero Cipriano Pinto. **Cícero Cipriano** faz declaração de  
621 voto e lembra que as contas do Fundo Municipal de Saúde ainda estão sob auditoria do  
622 Ministério da Saúde, por isso não pode aprovar porque não tem o resultado da auditoria.  
623 Coloca que fez vários questionamentos e não foi respondido, referente a questão da  
624 Saúde do Trabalhador e do Bloco 5 de valores. A seguir é passado para o ponto de pauta **3**  
625 **- Nota do Prefeito em Resposta as Deliberações nº 02/2011 e nº 03/2011 do Conselho**  
626 **Municipal de Saúde.** **Cícero Cipriano** reporta-se ao documento enviado pelo Prefeito que  
627 diz que em nenhum momento acusou o Conselho Municipal de Saúde referente a questão  
628 da contratação das OSCIPS Gálatas e Atlântico. Solicita que a Secretaria do CMS  
629 encaminhe um ofício a todos os órgãos de imprensa, pedindo material onde ele cita por  
630 várias vezes que a culpa da contratação das OSCIPS não é dele e sim do Conselho, que o  
631 CMS é deliberativo. Diz que o Conselho não delibera sozinho, o gestor também tem uma  
632 parcela de culpa. **José Luis** relata que mais uma vez o Prefeito se manifestou de forma  
633 irresponsável através da imprensa, acusando o CMS pela contratação das OSCIPS. Relata  
634 que algumas vezes se questiona o que está fazendo no Conselho pois, todos os  
635 conselheiros são testemunhas do que aconteceu no dia 29 de novembro de 2010, nenhum  
636 dos que estão aqui tinham informação privilegiada o suficiente para dizer que a Secretaria  
637 de Gestão Pública não tinha condições de responder financeiramente por aquilo que tinha  
638 sido aprovado no Conselho. Diz que o Prefeito tem que parar com isso de acusar o CMS  
639 de uma inverdade pois, o cidadão londrinense sabe que o que ele fala não é verdade.  
640 Finaliza dizendo que seu desejo no momento é recuperar a credibilidade do CMS. **Maria**  
641 **Osvaldina** solicita que o Prefeito respeite os conselheiros, porque são todos honestos.  
642 **Manoel Rodrigues do Amaral** relata ter todos os jornais que publicaram notícias a  
643 respeito do Conselho e cita alguns trechos dos referidos. Sugere como proposta, que os  
644 conselheiros de saúde trabalhem em união e parceria. **Adriana Dorta** relata que o  
645 Conselho delibera sobre determinados assuntos e esses são esquecidos. Ressalta  
646 também, que não são os conselheiros que estão remexendo na questão da contratação  
647 das OSCIPS e sim o Prefeito. Afirma também que não acredita na mídia, porque ela  
648 divulga o que quer, não o que você diz, só acredita em entrevista ao vivo; diz que não está

649 defendendo o Prefeito Barbosa, porque ouviu ele falando que não pode ficar no  
650 esquecimento o que foi feito e continua sendo feito com os conselheiros. Coloca que nunca  
651 esperou tanto por uma Conferência Municipal de Saúde, porque não vê a hora de sair do  
652 Conselho. Fala que não tem vergonha de assumir que é conselheira, porque não se  
653 envolveu em nada, não deve nada para ninguém, e pode andar de cabeça erguida. Diz que  
654 vive com uma patologia chamada Aids e que isso mexe muito com seu emocional, e que foi  
655 muito triste a sua filha de três anos perguntar se ela seria presa, de onde ela ouviu isso,  
656 não sabe. Fala que não é possível deixar que o Prefeito continue falando dos conselheiros,  
657 solicita orientação jurídica sobre o caso. Relata também que se a conselheira Rosalina  
658 estivesse presente hoje, pediria desculpa a esta, porque quem participou da reunião, do dia  
659 em que a provocou dizendo que como conselheira, dizendo que poderia usar a mídia sim,  
660 para fazer a Conferência acontecer, retira tudo que falou para ela, porque o conselheiro  
661 chama a imprensa e essa não aparece, porém se o conselheiro Dr José Luiz Camargo que  
662 é médico, a conselheira Ana Olympia Dornellas que é Secretária de Saúde, chamar a  
663 imprensa vai ser ouvida. Adriana diz que ligou aproximadamente vinte vezes para imprensa  
664 para relatar sobre isso, e não obteve resposta, não somente a respeito dessa questão,  
665 como também a respeito do lixo, etc. Solicita mais uma vez a busca pelo apoio jurídico.  
666 **Rosicler Amarins** relata que estava ouvindo a rádio do Prefeito, quando ouviu que sua fala  
667 foi distorcida a respeito da Unidade de Saúde onde mora, e aproveitaram para dizer que os  
668 conselheiros municipais de saúde eram um bando de quadrilheiro. Diz que ligou para rádio  
669 e falou cerca de vinte minutos, esclarecendo a situação. **José Luis** lembra que existe a  
670 seção no jornal que apresenta a carta do leitor, os conselheiros podem responder sem  
671 pagar nada, sugere que esse espaço seja aproveitado. **Cícero**  
672 **Cipriano** solicita que seja enviada ao Prefeito cópia das reportagens de posse do  
673 conselheiro Manoel Amaral. Sugere a confecção de uma Moção de Repúdio ao Prefeito  
674 referente as suas manifestações na imprensa. **Sandra Iara** sugere que o CMS convoque o  
675 Prefeito, juntamente com a imprensa para que ele pudesse se manifestar e ver a retórica  
676 quanto a isso. **José Luis** diz que tem como princípio o maior respeito, por tudo que se  
677 propõe aqui, mas acha perigoso que o Prefeito venha até o CMS, pois o Prefeito como  
678 radialista, tem um poder de comunicação muito grande. portanto não é oportuno que  
679 convide o Prefeito, pois não será possível conseguir manter um diálogo fraterno e cordial  
680 com ele. **Sandra Iara** retira a proposta. **Márcia Brizola** relata foi encaminhada à  
681 Procuradoria Jurídica da Prefeitura a solicitação de assessoria e a Procuradoria respondeu  
682 que as entidades que se sentirem ofendidas, devem acionar seus próprios jurídicos para  
683 mover uma ação contra o Prefeito. Por último eles informam que a Procuradoria Jurídica  
684 não dá assessoria ao Conselho de Saúde e nem a funcionário público. **Sandra Iara** diz que  
685 os conselheiros de saúde devem acionar a Promotoria Pública. **Ana Olympia** passa para  
686 votação da proposta de confecção de Moção de Repúdio ao Prefeito e junto dessa que  
687 sejam encaminhadas as reportagens de posse do conselheiro Manoel Rodrigues do  
688 Amaral, sendo APROVADA pelos conselheiros, tendo 12 favoráveis, 5 contrários e uma  
689 abstenção. Os votos favoráveis foram: Maria Osvaldina, Cícero, Neide Ferreira, Esmeralda,  
690 Janaina Salinet, Manoel Nivaldo, Julia Satie, Rosicler Amarins, Sandra Iara, Denise  
691 Mashima, Cristina Gil e José Luis; votos contrários: Manoel Amaral, Elisabeth Alves,  
692 Custódio Rodrigues, Adriana Dorta e Maria Célia; abstenção da conselheira Ana Olympia.  
693 **Ana Olympia** solicita que os conselheiros se reúnam e forme uma comissão para elaborar  
694 essa moção de repúdio. Solicita que seja invertido o ponto de pauta: Apresentação do  
695 Plano de Ações em Vigilância Sanitária com a apresentação do Cadastramento das  
696 Unidades Sentinelas. Sendo aprovado pelos conselheiros. A seguir é passado para o ponto  
697 de pauta **4 - Apresentação do Plano de Ações da Vigilância Sanitária/2011. Denise**  
698 **Philippsen**, Diretora de Saúde Ambiental, inicia a apresentação relatando o que foi  
699 pactuado com o Ministério da Saúde. **AÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO E**  
700 **FORTALECIMENTO DA GESTÃO. Área 1 - Estrutura legal - Ação/Atividades:**  
701 Disponibilizar no site da Prefeitura Municipal de Londrina informações referentes a  
702 estabelecimentos sujeitos a controle sanitários, constando a documentação, a legislação

703 sanitária vigente, roteiros de inspeção, formulários e outros. 2. Oficializar e credenciar o  
704 laboratório municipal de análises de água; estrutura física e recursos materiais. 3. Adequar  
705 a infra-estrutura física, material de consumo e a manutenção da frota de veículos e de  
706 equipamentos:a) Providenciar adequada manutenção da frota existente.b) Providenciar  
707 aquisição de 04 veículos;c) Providenciar aquisição de 16 computadores, 03 notebook e 01  
708 projetor;d) Aquisição de 06 máquinas fotográficas.e) Providenciar local adequado e  
709 suprimentos dos recursos materiais (reagentes e equipamentos). AÇÕES PARA A  
710 ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO. Estrutura administrativa e  
711 operacional Ação/Atividades: 1.Cadastrar os estabelecimentos sujeitos a controle sanitário  
712 no SINAVISA ou outro sistema a ser estudado: a) Realizar cadastramento de 100% dos  
713 estabelecimentos inspecionados; b) Realizar Treinamento em SINAVISA ou outros  
714 sistemas que vierem em substituição. 2. Elaborar manual de normas e rotinas  
715 administrativas da VISA Municipal de Londrina. 3. Regulamentar prazo de validade de  
716 licença sanitária definindo as atividades econômicas de interesse a saúde que deverão ser  
717 priorizadas pela VISA. Item: Gestão de Pessoas (RH). 1 – Dar continuidade ao plano de  
718 capacitação de recursos humanos em VISA. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O  
719 GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO.1 - Produtos, serviços e ambientes de  
720 interesse a Saúde. Ação/Atividades: 1. Realizar inspeção sanitária em estabelecimentos  
721 sujeitos a controle sanitário, conforme o disposto na planilha Anexo V. 2. Fazer busca ativa  
722 de: a) Clínicas e consultórios odontológicos; b) Salão de beleza e estabelecimentos de  
723 estética; c) Estabelecimentos com SIM, já cadastrados e atualizar os inexistentes; d)  
724 Supermercados e hipermercados; e) Indústrias e distribuidores de produtos de origem  
725 animal; f) Academias, clubes sociais, escolas de natação e congêneres; g) Centro de  
726 educação infantil; h) Lavanderias. Item: Produtos, serviços e ambientes de interesse a  
727 Saúde.Ação/Atividades: 3 - Realizar coleta de amostra para análise de produtos atendendo  
728 programas nacionais e situações de risco: a) Monitoramento da qualidade da água tratada  
729 utilizada em diálise e das piscinas de clubes recreativos e escolas de natação; b)  
730 Monitoramento de alimentos em situações de surtos e programas específicos (leite e  
731 outros); c) Monitoramento da qualidade de medicamentos; d) Monitoramento da água para  
732 consumo humano, priorizando sistema alternativo coletivo e individual. Item: Produtos,  
733 serviços e ambientes de interesse a Saúde. Ação/Atividades: 4. Proceder à notificação e  
734 investigação de: a) Surtos de doenças transmitidas por alimentos. b) Intoxicações, reações  
735 adversas e queixas técnicas em relação a medicamentos, produtos para a saúde e outras  
736 substâncias de interesse sanitário; c) Acidentes de trabalho graves, intoxicação por  
737 agrotóxico e LER/Dort. 5. Avaliar os cursos para manipuladores de alimentos ministrados  
738 pelas instituições conveniadas. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO DO  
739 RISCO SANITÁRIO. Educação e comunicação em saúde para a sociedade.  
740 Ação/Atividades: 1 - Promover atividade educativa para profissionais do setor regulado e  
741 comunidade, abrangendo as diversas áreas de atuação da VISA; 2.Divulgar alertas  
742 sanitárias em situações de risco quando necessário; 3. Adequar os registros e controle das  
743 informações referentes ao universo de estabelecimentos e denúncias/reclamações; 3 -  
744 Ações integrais de saúde estrutura administrativa e operacional. Ação/Atividades: 1 -  
745 Implementar o procedimento de notificação, investigação e inspeção em conjunto com a  
746 Vigilância Epidemiológica, Saúde do Trabalhador, Auditoria, controle e Avaliação. 2.  
747 Participar no processo de descentralização e educação destinada às equipes de saúde da  
748 família referente ações básicas em VISA. AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O  
749 GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO. Ações Intersetoriais.Ação/Atividades: 1.  
750 Implementar as ações intersetoriais já existentes para intervir nas situações de risco  
751 sanitário em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Educação, Meio Ambiente,  
752 Idoso e Ação Social. Ação Laboratoriais: 1. Ampliar os parâmetros de análises e dar  
753 manutenção ao laboratório de monitoramento de qualidade da água para consumo  
754 humano.INSPEÇÃO SANITARIA 2011-Estabelecimento-Hospitais-Nº Unidades são 30,  
755 Meta de Inspeção (%) 30 (100%); Clínicas Médicas: Consultórios são 950, Meta de  
756 Inspeção (%) 95 (10%); Clínicas Odontológicas: consultórios são 668, Meta de Inspeção

757 (%) 334 (50%); Laboratórios Clínicos são 30, Meta de Inspeção (%) 30 (100%); Salão de  
758 beleza: Centro de Estética são 258, Meta de Inspeção 52 (20%); Serviços de Prótese  
759 Dentária são 14, Meta de Inspeção (%) 03 (20%); Hemocentro Regional é 01, Meta de  
760 Inspeção (%) 01 (100%); Agência Transfusional são 03, Meta de Inspeção (%) 03 (100%);  
761 Terapia Renal Substitutiva são 04, Meta de Inspeção - 04(100%); Quimioterapias são 05,  
762 Meta de Inspeção 05 (100%); Radiodiagnóstico simples e contrastado (01 veterinário) são  
763 25, Meta de Inspeção (%) 25 (100%); Radiodiagnóstico odontológico que realizam exames  
764 extra-orais são 05, Meta de Inspeção (%) 05 (100%). Mamógrafos são 10, Meta de  
765 Inspeção (%)10 (100%). Hemodinâmica são 04, Meta de Inspeção (%) 04 (100%).  
766 Medicina Nuclear são 03, Meta de Inspeção 03 (100%). Tomografia são 10, Meta de  
767 Inspeção (%)10 (100%). Radioterapia são 02, Meta de Inspeção 02 (100%). Indústria de  
768 Medicamentos são 02, Meta de Inspeção (%)02(100%). Distribuidora de Medicamentos são  
769 30, Meta de Inspeção (%)24 (80%). Farmácias são 33, Meta de Inspeção (%)33 (100%).  
770 Indústria de Saneantes - Risco I são 10, RISCO II são 05, Meta de Inspeção (%)08 (50%).  
771 Indústria de Cosméticos Risco I são 14, Meta de Inspeção 07 (50%). Indústria de Produtos  
772 Saúde são 16, Meta de Inspeção (%)08 (50%). Distribuidora de Produtos Médicos são 19,  
773 Meta de Inspeção (%)09 (50%). Empresa Esterilização é 01, Meta de Inspeção 01 (100%).  
774 Empresa Esterilização é 01, Meta de Inspeção (%)01 (100%). ILPs são 15, Meta de  
775 Inspeção (%)15 (100%). Academia de Ginástica e Congêneres são 116, Meta de Inspeção  
776 35 (30%). Lavanderias são 20, Meta de Inspeção (%)10 (50%). Clubes sociais, esportivos,  
777 escolas de natação são 40, Meta de Inspeção (%)20 (50%). Hotéis Motéis e Congêneres  
778 são 98, Meta de Inspeção (%) 29 (30%). Estação Rodoviária é 01, Meta de Inspeção (%)  
779 01 (100%). Monitoramento da qualidade da água Inspeção em sistemas são 600, Meta de  
780 Inspeção (%)50(100%). Estabelecimentos para animais, pet shop's são 60, Meta de  
781 Inspeção (%)12 (20%). Consultório Médico Veterinário são 17, Meta de Inspeção (%)17  
782 (100%). Serviços de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutricionista são 176, Meta de Inspeção  
783 (%)35 (20%). Estabelecimentos em Comércio de Alimentos são 5000, Meta de Inspeção  
784 (%)1500 (30%). Estabelecimento de Transporte de Alimentos são 150, Meta de  
785 Inspeção(%). Indústria de alimentos são 400, Meta de Inspeção (%)320 (80%).Centro de  
786 Educação Infantil são 160, Meta de Inspeção(%). Jateadoras são 06, Meta de Inspeção (%)  
787 06 (100%). Marmorarias são 14, Meta de Inspeção (%)07 (50%).Empresa de coleta de  
788 resíduo são 03, Meta de Inspeção (%)03 (100%). **Denise Philippsen** diz que o que sempre  
789 coloca para o pessoal do grupo de trabalho, que não pensar que é um mero documento  
790 que é pactuado, que recebe recurso, porque tem que pensar é que por trás disso está a  
791 proteção e a promoção da saúde, esse é o objetivo. **Maria Osvaldina** inicia parabenizando  
792 a apresentação da Denise e relata estar muito feliz por ter uma pessoa tão responsável no  
793 setor da VIGIÁGUA, que é o servidor Mauricio Barros. Fala que a respeito das denúncias,  
794 foi até a Secretaria de Saúde forneceu para o funcionário da Vigilância Sanitária todos os  
795 endereços dos supermercados que estavam irregulares e não apareceu ninguém para  
796 verificar. **Cícero** parabeniza a apresentação e pergunta porque a Dengue não entrou na  
797 apresentação. Solicita saber quantos funcionários tem na Vigilância Sanitária hoje e qual o  
798 número ideal. Com relação as metas apresentadas, quando fala em Plano de 2011 é o que  
799 está ocorrendo ou vai ocorrer em 2012, quando fala na questão da água tem que ficar  
800 atento com as caixas de água das Unidades de Saúde, que muitas vezes nem tampa não  
801 tem e é preciso monitorar as água distribuída nas Unidades de Saúde. Com relação as  
802 políticas intersentoriais, diz perceber muitas falhas, principalmente a questão de alvará,  
803 pois tem muitos estabelecimentos irregulares, quando se encaminha para alvará lá fica  
804 esquecido, tem que ter esse encaminhamento e ter essa devolutiva, fortalecer a vigilância  
805 sanitária vai reduzir a questão dos agravos na Unidades Básicas de Saúde. **Adriana Dorta**  
806 relata que a proposta da COHAB era tirar todos os barracos e a máquina passar limpando  
807 tudo, e não é isso que está ocorrendo, nada do que foi acordado está sendo cumprido, do  
808 lado da sua casa foi desmontado um barraco, e que não vence tirar água de lá, por isso  
809 sua preocupação é com a Dengue. **Denise** esclarece ao conselheiro Cícero que o Plano é  
810 para 2011 e já está em execução desde do começo do ano, a dengue não entrou porque



811 só se refere ao poder de polícia, e a Dengue não tem poder de polícia. Esclarece a  
 812 conselheira Maria Osvaldina que tem vários supermercados que já estão autuados; a  
 813 respeito das feiras livres dos ambulantes informa que está tudo parado, porque não tem  
 814 regulamentação sanitária para esse tipo de comércio, tempos atrás teve uma conversa  
 815 com a CMTU e depois foi elaborado um documento, feita uma sugestão, no Código de  
 816 Postura existe o feirante e o ambulante, só que não tem regulamentação sanitária para que  
 817 ele possa exercer essa atividade, por isso foi feita uma sugestão para que possa  
 818 regulamentar essa situação. Esclarece que a Vigilância Sanitária tem trinta e um  
 819 funcionários estatutários, e dezenove do Ministério da Saúde que também fazem  
 820 fiscalização, relata que não tem o levantamento do número ideal de funcionários para  
 821 atuarem na Vigilância Sanitária. A respeito da pergunta da conselheira Adriana, relata estar  
 822 em uma ação integrada com a CMTU, SEMA, Assistência Social, Cohab, sobre a questão  
 823 de resíduo, dá para ver que a situação está muito crítica, foram feitas algumas vistorias, e  
 824 em uma reunião decidiram que vão estar interrompendo essa ação integrada, ela tem  
 825 resultado, mas não está tendo impacto, para ter impacto tem que ter projeto macro e o  
 826 grande problema é não ter onde depositar o lixo. **Zilá**, Gerente de Patrimônio, esclarece  
 827 que já tem uma Ata de Registro de Preço vigente que vem sendo utilizada para fazer a  
 828 limpeza das caixas da água e detetização das Unidades de Saúde, isso não pode ser feito  
 829 por uma empresa que não seja credenciada ou autorizada pela Vigilância Sanitária.  
 830 Finalizada a discussão é passado para o ponto de pauta **5 - Cadastramento de duas**  
 831 **unidades sentinelas para notificação de câncer relacionado ao trabalho. Rosilene**  
 832 **Machado** inicia a apresentação relatando que a Secretaria Municipal de Saúde de  
 833 Londrina em parceria com o Instituto Nacional do Câncer – INCA RJ realizou o Curso  
 834 “Diretrizes de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho”, no período de 26 a 28 de  
 835 abril, sendo que esse contou com a participação de todos os hospitais de Londrina. Informa  
 836 que o curso foi ministrado pelas professoras doutoras Fátima Sueli Ribeiro e Helena  
 837 Beatriz Garbin, ambas do INCA/MS/RJ. Esse curso promoveu a implantação do Protocolo  
 838 Nacional do Câncer Relacionado ao Trabalho e ao Ambiente e Londrina foi escolhida como  
 839 cidade pioneira para essa capacitação como reconhecimento às pesquisas desenvolvidas  
 840 pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria Municipal de Saúde.  
 841 Apresenta a seguir os encaminhamentos deliberados: definição de duas unidades  
 842 sentinelas de notificação, sendo uma no HURNPR e outra no HCL. **Cícero Cipriano**  
 843 parabeniza o brilhante trabalho realizado pela Dra Mara Ferreira através da Comissão  
 844 Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST e do Centro Regional de Saúde do  
 845 Trabalhador – CEREST. Relata que a Secretaria de Saúde encaminhou um ofício para o  
 846 Conselho Local de Saúde do Jd Leonor e sugeriu criar uma comissão de acompanhamento  
 847 da Unidade de Saúde do Jd Leonor, e até hoje está esperando ser chamado para uma  
 848 reunião. **Julia Satie** sugere que faça um trabalho para prevenção do câncer, incluindo  
 849 protetor solar para pessoas que trabalham na Coordenação de Endemias. **Ana Olympia**  
 850 diz que o Estado está montando um Comitê Gestor Estadual da Dengue, há um relatório  
 851 das vistorias feitas no município de Londrina e uma das questões observadas foi quanto  
 852 aos EPIS, incluindo protetor solar, e foram cumpridos todos os itens que estavam lá,  
 853 esclarece portanto que os Agentes de Controle de Endemias já estão recebendo há algum  
 854 tempo os protetores solares. **Sandra Iara** pergunta se as duas unidades sentinelas seriam  
 855 o HU e o ICL. **Rosilene** responde que sim, que os hospitais já podem notificar e a partir da  
 856 primeira notificação é que será feito o cadastro do estabelecimento. Finalizado o debate  
 857 **Ana Olympia** agradece a presença de todos e finaliza a reunião extraordinária do  
 858 Conselho Municipal de Saúde. Esta ata foi digitada por Sandra Aparecida Oliveira Bavia e  
 859 por Divina Alves Tolentino Marcucci, revisada por Márcia Batista Brizola e será assinada  
 860 pelos conselheiros abaixo:

861

862 Titular Ana Olympia V. M. Dornellas

863 Suplente Marcio Makoto Nishida

864

.....

Ausente com justificativa

865	Titular	Djamedes Maria Garrido	.....
866	Suplente	Maria Cristina Rodrigues Gil	Ausente com justificativa
867			
868	Titular	José Luis de Oliveira Camargo	.....
869	Suplente	Antonio Caetano de Paula	Ausente
870			
871	Titular	Sandra Iara Sterza	.....
872	Suplente	Márcia Cristina Rodrigues Marengo	Ausente
873			
874	Titular	Janaina Mazzer Salinet	.....
875	Suplente	Lazara Regina Rezende	.....
876			
877	Titular	Éder Pimenta de Oliveira	Ausente
878	Suplente	Maldissulei Correa	Ausente
879			
880	Titular	Bett Claidh Nascimento	Ausente
881	Suplente	Manoel Nivaldo da Cruz	.....
882			
883	Titular	Fahd Haddad	Ausente com justificativa
884	Suplente	Ana Paula Cantelmo Luz	Ausente com justificativa
885			
886	Titular	Artemízia Martins	Ausente
887	Suplente	Mara Rossival Fernandes	Ausente com justificativa
888			
889	Titular	Margarida Fátima F Carvalho	Ausente
890	Suplente	Denise Akemi Mashima	.....
891			
892	Titular	Maria Célia P. R. Gregghi	.....
893	Suplente	Naja Nabut	Ausente
894			
895	Titular	Paulo Fernando Nicolau	.....
896	Suplente	Paulo Marcel Yoshii	Ausente
897			
898	Titular		
899	Suplente	Neide Apda Gonçalves Ferreira	.....
900			
901	Titular	Custódio Rodrigues do Amaral	.....
902	Suplente	Maria Ângela Magro	.....
903			
904	Titular	Manoel Rodrigues do Amaral	.....
905	Suplente	Neusa Maria dos Santos	Ausente com justificativa
906			
907	Titular	Terezinha P. da Silva (Mãe Omin)	Ausente com justificativa
908	Suplente	Gioconda Pereira da Silva	Ausente
909			
910	Titular	Maria Osvaldina Mello de Oliveira	.....
911	Suplente	Mariclei Ferro Belchior	.....
912			
913	Titular	Elizabeth Maria Alves	.....
914	Suplente	Silvia Aparecida Brazão	Ausente
915			
916	Titular	Rosicler Amarins Moura Vaz	.....
917	Suplente	Elba Ferreira	.....
918			

919	Titular	Julia Satie Miyamoto	.....
920	Suplente	Hildegard Maria Lopes	Ausente
921			
922	Titular	Cícero Cipriano Pinto	.....
923	Suplente	Maria Brígida Sampaio de Souza	.....
924			
925	Titular	Adriana Xavier Dorta	.....
926	Suplente	Sandra Alexandra Oliveira Silva	Ausente
927			
928	Titular	Joelma Apda de Souza Carvalho	Ausente com justificativa
929	Suplente	Esmeralda Pereira da Silva	.....
930			
931	Titular		
932	Suplente	Rosalina Batista	Ausente com justificativa
933			
934			